

Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH



Alvon
Medina



Adeli
Sell



Biga
Pereira



Cláudio
Conceição



Fernanda
Barth



Pedro
Ruas

010ª CEDECONDH 16ABR2024

Pauta: A situação da Delegacia Especializada em Atendimento às Mulheres – DEAM, em Porto Alegre.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): (14h10min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. Sou o Presidente, Ver. Alvon; Ver. Adeli Sell, vice-presidente; a Ver.^a Biga Pereira é a proponente desta pauta; o Ver. Cláudio Conceição está a minha esquerda; o Ver. Pedro Ruas, na outra esquerda. (Risos.) Hoje a nossa pauta é sobre a situação da Delegacia Especializada em Atendimento às Mulheres – DEAM, em Porto Alegre, que enfrenta dificuldades para atender devido à falta de efetivo. No dia 31 de março, quatro mulheres desistiram de registrar ocorrência por causa da demora. A DEAM teve, desde o ano passado, redução de efetivo. A nossa responsável, a delegada Cristiane Pires Ramos, destacou que, no primeiro trimestre deste ano, houve mais prisões em flagrante, mais pedidos de medidas protetivas de urgência e mais ocorrências registradas em relação ao mesmo período do ano passado. Convido a fazer parte da mesa a delegada Ana Luíza Caruso, responsável pela direção da Divisão de Proteção e Atendimento à Mulher, Departamento Estadual de Proteção a Grupos Vulneráveis e pela 1ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; delegada Fernanda Campos, por favor;

Sr. Gelson Guarda, secretário adjunto de segurança.

Como de costume, o proponente da pauta conduz os trabalhos, mas, antes disso, o nosso decano, Ver. Pedro Ruas, gostaria de falar, acredito que também o Ver. Adeli Sell. Passarei a condução dos trabalhos à Ver.^a Biga Pereira. Por gentileza, o tempo é seu.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, presidente Alvoní Medina, meu caro Ver. Adeli Sell, Ver. Cláudio Conceição, Ver.^a Biga Pereira, já lhe cumprimentando pela oportunidade, necessidade, felicidade, do ponto de vista do acerto, com esta pauta. Cumprimento os presentes, claro que o nosso secretário de segurança municipal, Gelson, que tem um trabalho excelente que nós conhecemos. E eu cumprimento as delegadas Luíza e Fernanda. Eu quero só dar um brevíssimo registro, porque eu acompanhei, desde o início, desde a origem, a implantação da delegacia da mulher. A Jurema sabe disso – nossa Jurema, que está ali –, desde o período em que era a hoje deputada Nadine Anflor. E sempre vi o esforço, a dedicação e os grandes resultados que a delegacia da mulher conseguiu. Há poucos dias, acho que são, no máximo, dois meses, seriam poucos dias dois meses, eu tive uma situação bem delicada, e justamente por estas delegadas fui atendido, Fernanda e Luíza, e foi resolvido também. Então, nós temos aí, do meu ponto de vista, não vou antecipar pauta, enfim, não poderei ficar até o final, mas, Ver.^a Biga Pereira, eu quero antecipar minha opinião que existe antes do que vai acontecer aqui. Eu acho que nós temos um trabalho de excelência na área do atendimento à mulher, de parte da Polícia com a delegacia especializada, que não é em nada valorizada pelo governo estadual – em nada. Simplesmente é secundarizado em relação a praticamente tudo, inclusive às pautas policiais. É uma opinião pessoal, mas eu vi o trabalho, eu vi os resultados e sei que é necessário mudar muito, mas conheço, sim, a dedicação. Se eu não desse esse depoimento para ficar registrado nas nossas atas, como quero fazê-lo sempre, eu me sentiria injusto, e é uma sensação que a gente não gosta de conviver. Então, eu quero fazê-lo, está na nossa ata, e eu agradeço muito ao presidente e cumprimento novamente

a Ver.^a Biga Pereira pela oportunidade da reunião proposta. Muito obrigado.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Obrigado, Pedro Ruas. Quero dizer que a delegada Cristiane, a titular do DEAM, diretora de divisão, é uma pessoa que sempre também nos apoiou, nos ajudou aqui nas nossas causas, em situações; quando ela estava na delegacia do idoso, sempre nos acolheu, nos atendeu em nossos pedidos. Então, passo a palavra à Ver.^a Biga Pereira.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, presidente Medina, cumprimento meus colegas aqui, Ver. Pedro Ruas, Ver. Adeli Sell, o Ver. Conceição, que estava até aqui conosco, deverá voltar. Quero cumprimentar aqui nossos convidados e convidadas, e agradeço que vocês atenderam ao nosso convite, o secretário adjunto Gelson Guarda, assim como a delegada de polícia Ana Luiza e a delegada Fernanda; muito bom tê-las aqui conosco. Eu gostaria de convidar para fazer parte aqui da nossa mesa a Júlia D'Ávila, da União Brasileira de Mulheres, e a Fabiane Dutra, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, movimentos organizados e que debatem e que estão sempre muito atentos a este tema. Eu devo dizer, Ver. Pedro Ruas, que a minha militância política, vou dar esse depoimento, antes de entrar num partido político, eu militava num movimento de mulheres, e eu fui uma das muitas mulheres que lutou incansavelmente pela conquista das DEAMs. Nós não tínhamos delegadas, não havia concurso sequer, concurso público para mulheres delegadas, só havia delegados homens. Muito estivemos, aqui em Porto Alegre, junto à Secretaria de Segurança do Estado, e muitas manifestações fizemos para tê-las. A conquista, quando chegou, chegou para Porto Alegre, Canoas e Caxias do Sul, foram as três primeiras DEAMs do nosso Estado. Diga-se de passagem, não cresceram muitas, nós temos poucas DEAMs no Estado, sem falar na falta do abrigo, é muito ínfimo ainda o número de casas de abrigo. Nós lutamos muito no orçamento, há pouco nós passamos, no final deste ano, discutindo a LOA, discutindo o orçamento, e, inclusive, fizemos emendas, porque a Casa da

Mulher Brasileira ainda é um sonho, um pouco distante da nossa realidade, não é, Ver. Pedro Ruas? Então, nós, ao vermos, esta semana, os veículos de comunicação, notadamente a Zero Hora e o Matinal, dando números, inclusive, da precarização em que as DEAMs estão submetidas... Vamos falar da de Porto Alegre: desde 2019, o governo do Estado cedeu para o Município um espaço que não sofreu nada, não foi feito nada, absolutamente nada, está lá, denunciado na imprensa, com entulhos, com lixos, com animais, todo tipo de dejetos e nada foi feito naquele espaço na região central. A segunda delegacia que estaria para ser inaugurada na Zona Norte, também não tivemos notícias de nenhuma medida a ser tomada. E aí a gente enxerga que na única delegacia que nós temos em Porto Alegre, o efetivo não dá conta. Nos finais de semana, que é quando cresce o número de agressões, de violência doméstica, temos dois, três policiais no máximo, e não tem água sequer para os próprios funcionários, para os policiais, quem dirá para a pessoa a ser acolhida – não tem papel higiênico, gente, é um absurdo total o que foi denunciado pela própria imprensa. E ao ouvirmos o secretário estadual de Segurança, nós ficamos mais chocadas ainda, porque nos pareceu que ele terceirizou a responsabilidade, como se não soubesse esse estado de coisas que a gente relata aqui. Eu fui inclusive na delegacia, estive lá me colocando à disposição sempre, para ver no que nós poderíamos ajudar. Então nós solicitamos ao nosso presidente Medina, porque isso se trata de direitos humanos, nada mais é do que isso. Nós, e aqui tem as gurias do movimento de mulheres, fizemos inúmeras campanhas dizendo que o silêncio é cúmplice da violência, estimulando que as mulheres denunciem e a gente sabe que não é no primeiro empurrão que ela denuncia. Tem muitas coisas aqui para serem analisadas, mas uma das principais é que elas sabem que vai chegar ali e nada vai acontecer depois dali, né? Porque o atendimento é demorado, porque o efetivo é pequeno, porque não temos suficientemente uma Rede Lilás que funcione, porque não temos sequer uma secretaria de Estado que dê conta de acompanhar *pari passu*, e os números cada vez nos assustam mais. O Rio Grande do Sul configura como o quarto Estado que mais mata suas mulheres, isso é aviltante, isso é aviltante! Então, esse debate se faz muito

necessário. Obrigada, nosso presidente Medina, que tão logo nós sugerimos esse tema e essa audiência, o Medina e a nossa comissão aqui toda entendeu e disse: “Vamos fazer, sim.” Portanto, nós convidamos, e eu agradeço aqui e passo a palavra imediatamente para a delegada Ana Luiza, para que a gente possa fazer o debate sobre este tema denunciado e vivenciado pelas nossas mulheres especialmente. Muito obrigada.

SRA. ANA LUIZA CARUSO: Boa tarde a todos, estou substituindo a delegada Cristiane Pires Ramos, que está de férias, e vim aqui a convite para debatermos hoje essa situação, que pela qual a DEAM está passando agora. Inicialmente, queria colocar uma coisa da qual muitas pessoas não têm ciência; ao contrário de outras instituições, como Ministério Público, Judiciário, a Polícia Civil não tem o chamado orçamento próprio; recebemos um orçamento, que geralmente é o mesmo de muitos anos, que não tem nenhum acréscimo, e nós vamos usando esse orçamento, dividindo como pode, em todos os departamentos da Polícia Civil, que são 12; o maior deles é o interior do Estado, que recebe a maior parte dos investimentos. No caso da DEAM temos um lugar que é pequeno; o plantão da DEAM é pequeno, comporta quatro terminais de computador para os escrivães poderem fazer os registros; então, ainda que tenhamos dez policiais trabalhando nisso, não temos onde colocar os policiais porque a DEAM ficou pequena para as demandas; infelizmente, como disse a vereadora, os crimes contra as mulheres têm se multiplicado. Os nossos policiais estão adoecendo, é bom que se pontue isso, eles fazem o que podem. Não é fácil essa missão de lutar a dia a dia para conseguir dar um atendimento satisfatório, e ver tantas mulheres agredidas, mulheres estupradas, chegar lá, e as mulheres vão, às vezes com quatro ou cinco filhos, porque não tem onde colocar, a gente tem que ter o apoio da rede para colocar essas mulheres em abrigos, para agilizar, que a gente consiga um pedido de preventiva para os maridos, enfim, é tudo muito burocrático, muito demorado, os atendimentos são demorados. Quanto à carência de recursos, que a senhora havia mencionado, realmente nós não temos água mineral para dar para as vítimas, nós não temos água mineral

sequer para os policiais que, diga-se de passagem, muitas vezes, não têm tempo de tomar água, é um atendimento atrás do outro, é uma luta, assim, cansativa. Os policiais, como eu falei, adoecem nesse serviço; enfim, papel higiênico – a mulher vai, não vai só a mulher, ela leva os familiares, a gente recebe o que o Estado nos dá. Infelizmente, vou falar uma coisa, não me interpretem mal, mas infelizmente, em algumas ocasiões, coloca-se papel higiênico no banheiro, e a própria vítima, não dura 2 segundos. A gente teria que estudar uma possibilidade de ficar fixo na parede para que não.... Claro que não é a regra, mas muitas vezes acontece, e nós não estamos realmente dando conta; sim, temos falhas, a instituição Polícia Civil tem falhas, mas existe a vontade de melhorar, existe um prédio que está ocupado, onde vai surgir a segunda DEAM. Já está acertado o prédio, está ocupado; estamos esperando que esse prédio se desocupe para poder fazer, já temos mobiliário, já temos servidores designados para ir trabalhar nessa segunda DEAM da Zona Norte. A delegada Cristiane é uma pessoa extremamente diligente, como poucas que eu já vi atuarem ali. Sim, no Vida Centro Humanístico, está ocupado pela FGTAS, e nós estamos nesse aguardo. Os servidores realmente... Eu mesma apresentei, depois que deu essas notícias na mídia, uma servidora minha, da delegacia do idoso, para trabalhar lá na DEAM – ela chorou copiosamente por 24 horas, ela ficou chorando, porque ela sabe que lá ela vai adoecer, ela sabe que ela não vai... Então, as pessoas estão adoecendo, as pessoas estão tentando atender, existe uma falta de compreensão, muitas vezes da própria vítima; digo assim, nós temos um atendimento lá, quatro pessoas atendendo, atendemos todos os crimes de violência doméstica, que pode ser de uma injúria até um estupro; nós tentamos muitas vezes atender o que é mais grave, o que é considerado mais grave para nós, que é um uma lesão corporal, uma ameaça de morte e um estupro; para nós isso é mais grave, mas às vezes acontece de uma mulher vir de longe, foi ofendida pelo marido, quer ser atendida porque ela chegou antes daquelas que chegaram depois, mas há ocorrências para relatar que são bem mais graves. Nesse sentimento de ser injustiçada, porque chegou antes e outras passaram na frente, muitas vezes ela vai embora, muitas vezes aciona alguma ONG,

muitas vezes se sente penalizada, e talvez tenha sido, porque também não é justo com ela, mas a gente tem que estar sempre numa “escolha de Sofia”, quem nós vamos atender primeiro? Nós não temos, nem que quiséssemos, como colocar todas para ser atendidas com a rapidez que elas merecem; aí nós ficamos todos os dias, assim, correndo para poder dar um bom atendimento, o que muitas vezes não conseguimos. Foi falado, foi ventilado na matéria também uma questão relativa à barra de contenção... É preciso que se entenda que o plantão da delegacia da mulher é um ambiente quadrado, cheio de divisórias; nós não temos como instalar uma barra de contenção numa divisória. Mas quem está de fora, não vê que é divisória, imagina que a gente tem a obrigação de colocar, e aí fica uma situação complicada de a gente gerenciar, entre outras; a rampa de acessibilidade também, para os banheiros, para fazer uma acessibilidade digna para os cadeirantes que usufruem do nosso serviço ali, estruturalmente não é possível, o Palácio Polícia não comporta uma obra dessas. Nós já tivemos o Ministério Público nos cobrando, nós já tivemos vários PROAs, que são os processos administrativos abertos com esse intuito, e nós não conseguimos atender. Mas não é falta de vontade, é falta de estrutura, não tem como; quem for ver o Palácio da Polícia, visitar ali dentro, hoje, vê... Sim, o senhor vê, está num estado que as pessoas estão até com medo de desabamento. Eu vou passar a palavra para a delegada Fernanda.

SRA. FERNANDA CAMPOS: Boa tarde a todos, me chamo Fernanda Campos, eu sou delegada adjunta da Delegacia de Atendimento à Mulher, já faz um pouco mais de dois anos; cheguei ali fui, plantonista, passei pelo atendimento no balcão, pelo atendimento de cada vítima que por ali passava, no meu plantão, e fui convidada pela Dra. Cristiane, pela diretora, para trabalhar com ela ali, como adjunta, auxiliando nas questões também do plantão, logo que ela assumiu a direção. Faço minhas as palavras da diretora Ana, neste momento, e confirmo que os policiais estão adoecendo, tanto pelo tipo de matéria, que já é uma matéria delicada, é muito difícil a gente ver uma mulher nessa situação, é muito difícil a gente aceitar que esse tipo de violência ainda aconteça hoje em dia.

Então, a matéria por si só, ela já é adoecedora, e a falta de pessoal, a falta de estrutura também contribui para o nosso adoecimento. O plantão de 24 horas, o plantão de 12 horas é bastante cruel para qualquer tipo de profissional. Aí quando tu envolve uma questão delicada, como a vida e a segurança da mulher, somada às peculiaridades, e alguma falta de pessoal e falta de estrutura, fica bem complicado trabalhar. Como a diretora Ana disse, o nosso material humano, nós os agentes, os delegados, nós fizemos tudo o que nós podemos, dentro das nossas possibilidades. Quando a delegada Ana expressou a questão da ordem de atendimento, às vezes uma vítima... Cada vítima sabe o quanto dói passar pela violência que está passando, e ninguém de fora tem o direito de qualificar ou quantificar o quanto aquilo dói. Mas, quando uma mulher chega ali, vítima de um estupro, vítima de uma lesão corporal grave, nós precisamos, além do atendimento médico que a gente encaminha, a gente precisa acolhê-la o mais rápido possível, ela precisa fazer exames, ela precisa ser acolhida. E isso muitas vezes acontece em detrimento de alguém que está esperando para ser atendido, de um crime que não tem, por exemplo, lesões físicas, digamos assim. Há lesão moral, há lesão psicológica, mas não há uma lesão física, naquele momento, que precise de atendimento de urgência. Então isso gera celeuma, gera desconforto também para as vítimas que estão ali esperando, e elas não merecem esperar. Mas como a delegada falou, nós temos quatro terminais, se nós tivermos mais policiais, eu não tenho como registrar mais de quatro ocorrências ao mesmo tempo; é uma questão estrutural. E reforço, não é má vontade, nós não temos outro prédio que não aquele ali para colocar as coisas neste momento. Então a gente pode colocar seis policiais ali atendendo, só podem registrar quatro.

A questão dos delegados de polícia, os delegados de polícia que atendem no plantão da Delegacia da Mulher, também atendem a divisão da criança e do adolescente. Então, não bastasse o movimento, já são em média, 12 mil ou 13 mil ocorrências registradas só ali na DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, no ano passado; não bastasse o próprio movimento da delegacia da mulher, eles ainda têm que lidar com o movimento da delegacia da

criança e adolescente. Ou seja, dois plantões de vítimas vulneráveis, simultaneamente, há distância - na mídia não diz. Então, é complicado; tem que gerenciar uma equipe, gerenciar muitas vezes, o senhor é comissário, sabe que às vezes a delegacia pega fogo de uma hora para outra, num piscar de olhos, quando vê alguma coisa acontece. Às vezes, o delegado tem que estar presente na DECA – Departamento Estadual da Criança e do Adolescente, às vezes ele tem que estar presente na DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. E parece a lei da atração, né, quando a gente está num lugar, a coisa acontece no outro. Então, a questão dos delegados também é isso. E é uma questão estrutural por falta de orçamento; não há como a Polícia Civil contratar mais servidores sem o Estado mandar, não há como mudar de prédio sem o Estado nos dar. Então, assim, é uma questão de gestão pública que vai além da Polícia Civil, e não estou aqui desqualificando o governo estadual, não é isso. Então ficam aqui as minhas colocações; fico à disposição.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Dra. Ana Luiza e Dra. Fernanda; o depoimento de vocês é, digamos, por nós conhecido. Como é a leitura que temos de uma sociedade que digamos normaliza, porque há uma cultura, por exemplo, do estupro, e que muitas vezes a própria vítima nem sabe que sofreu o estupro, que vai se dar conta quando vai denunciar a violência. Nós tivemos contato com a Dra. Ivana Battaglin, que é também muito parceira, do Ministério Público, e ela só não está aqui por que não está em Porto Alegre, está em atendimento fora do Município. Mas na entrevista, Ver. Conceição, inclusive ela coloca essas situações. Nós enxergamos todo o esforço que as profissionais, especialmente das DEAMs têm feito, a Dra. Cristiane é super comprometida, assim como aqui a Ana Luísa e a Fernanda demonstram, e a gente sabe do dia a dia de vocês, a carga horária e a falta de estrutura, o quão extenuante é. Mas, enfim, eu passo a palavra, Ver. Conceição, para que faça o seu depoimento, depois nós já passamos aqui para os vereadores e para o Guarda.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): Ver.^a Biga, quero parabenizar pela pauta que é muito importante, porque ela é uma pauta que é atual. A mídia trabalha em cima de vender notícias, a mídia trabalha exatamente tentando expor, e quando essa matéria veio falando da deficiência da Polícia Civil, é uma deficiência que não vem de agora, é uma deficiência estrutural. A gente acompanha isso. Eu sou policial há 30 anos, a gente vivencia a realidade do plantão, vivência a realidade do atendimento às vítimas que chegam à delegacia. A delegacia é um lugar que a gente tenta humanizar o máximo possível, mas também o policial está ali num plantão de 24 horas, e, num plantão, ele pode chegar a atender 50, 100 pessoas. Então tem uma hora em que a tua estrutura emocional, psíquica, já não comporta mais.

Agora, a questão estrutural, financeira, para que a gente possa prestar um serviço que a população merece, porque por detrás de um policial tem um cidadão também, que precisa desse atendimento.

O Ministério Público tem um orçamento próprio, o judiciário tem um orçamento próprio, mas a Polícia Civil não tem. Então a Polícia Civil é uma instituição de Estado, não é de governo. Os governos passam e tentam vender uma falácia, cada um prometendo mais do que o outro, mas quem presta esse serviço, quem faz esse atendimento, esse enfrentamento que a população precisa e que as mulheres precisam, que aqui no caso é a pauta, é o policial. Então qualificar, preparar, dar estrutura para que esse policial, esse ser humano que está ali tentando dar o seu melhor, é fundamental.

Então essa pauta que hoje nós estamos aqui debatendo, que é decorrência de uma mídia que está vendendo uma desqualificação, é preciso que a gente também dê voz para que a Polícia Civil possa ter, que isso já é uma luta nossa por anos, de ter a questão estrutural, financeira, um orçamento próprio, para que a gente possa realmente entregar o que a população precisa, porque o cidadão paga o seu imposto. O cidadão paga para quê? Para que esse serviço venha na hora.

Agora, essa questão do feminicídio, infelizmente, ela tende a crescer, ela tende a crescer. Nós gostaríamos que isso não acontecesse, mas infelizmente ainda é

uma questão educacional, é uma questão de preconceito, é uma questão que nós precisamos enfrentar todos juntos. Agora, precisamos dar ferramentas para que quem faz esse enfrentamento, quem vai lá, quem investiga, a tornozeleira, toda a rede de proteção que é eletrônica também para que a pessoa não se aproxime da vítima, isso aí tudo precisa ter um aparato que está ainda muito longe de fazer esse enfrentamento. Enquanto nós não tivermos realmente tendo instrumentos pontuais para que a gente possa fazer o enfrentamento e manter o bandido longe da vítima, nós vamos ainda estar, Biga, enxugando gelo. Parece que a minha fala não está indo em direção à defesa de quem precisa; não, ela está indo, mas nós precisamos qualificar e fortalecer quem faz esse enfrentamento, que são os policiais, porque “jogar pedra na Geni” é muito fácil, dizer que a polícia não está dando, porque se não der estrutura não tem como fazer o serviço.

Então, dar estrutura, dar ferramentas para quem faz o enfrentamento, porque quem vai lá, quem entra no lixo para solucionar, não é o governador, não são os políticos, quem vai lá, quem coloca a sua vida em risco é o policial. É o policial que coloca a sua vida em risco para solucionar os problemas que, muitas vezes, as pessoas querem, porque na verdade as pessoas não gostam da polícia, as pessoas precisam da polícia.

Parece que essa minha fala não é simpática, mas ela é uma realidade nossa, de quem faz a segurança pública. Então eu acho que o caminho é nós lutarmos para que a Polícia Civil possa ter estrutura, ter ferramentas para prestar o trabalho de servir e proteger, no caso, as mulheres que são vítimas duas ou três vezes. Muito obrigado pela oportunidade.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Ver. Conceição. O senhor vai ver ao final que sua fala vai comungar com a fala de todas nós, porque é isso que nós queremos. É o governo do Estado que precisa dar essa estrutura para as nossas DEAM – Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, que nós somos solidárias ao empenho, a todo comprometimento que é o conjunto das

nossas delegadas e dos funcionários, e a gente é testemunha disso. Eu queria convidar...

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): Só um adendo, quando a gente fala de governo de Estado é importante falar que não é ideologia de partido A ou B; eu estou falando de governo do Estado, independente do partido.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): É governo patriarcal. É isso.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): É o governo que realmente se propõe a fazer o enfrentamento, independente da ideologia, porque todos nós queremos que as mulheres estejam protegidas. Então, esse é o meu (Ininteligível.).

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Mas é isso, vereador, eu entendo o que o senhor fala, mas nós gostamos quando ouvimos homens darem esse depoimento, porque a realidade é que a nossa sociedade é patriarcal, ela legitima tudo isso que vem acontecendo.

Eu queria convidar aqui a Claudia, nossa querida Claudinha do Feminino Plural. Só para citar, não quer vir para a Mesa, tudo bem. A Elisamar, do Fórum Municipal de Mulheres de Porto Alegre também pode estar aqui conosco na Mesa. Eu passo imediatamente para o nosso Ver. Adeli Sell.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Minha saudação especial às nossas delegadas visitantes, ao Gerson, a todos e a todas. Constatações são feitas todos os dias. Aqui, há mais do que constatações, há quase um clamor, então, nós precisamos ser práticos. Eu vou fazer propostas de encaminhamento. Proponho que a Comissão, aqui temos decisão para isso, peça uma audiência imediata com o secretário de Segurança Pública, a qual as DEAM estão afeitas. Em não havendo retorno, todos os nossos pedidos de informação e providência, sejam no Estado ou no Município, são 15 dias; não tendo retorno em 15 dias, eu

proponho que a Comissão faça um autoagendamento. Isso é democrático, isso é civilizatório, e é assim que a gente tem que trabalhar, ou seja, um passo e segundo passo. Terceiro, eu proponho que a gente comece amanhã, no plenário da Câmara, um abaixo-assinado simples que pode ser feito pela Presidência ou, por delegação, para a Biga para o governo do Estado: reunião tal constatou isso, basicamente precisamos de aumento de efetivo, aumento de base, de estrutura, de pessoal, de grana, *etc.* e tal. Uma formulação simples, eu acredito que 36 vereadores assinarão, e isso nós vamos remeter ao governador Eduardo Leite. Acho que são três coisas para a reunião de hoje, mas essa Comissão tem alguns méritos, delegado, ela tem feito proposições, retomado as proposições e ido adiante.

Vou concluir, há três semanas, eu propus um debate das três questões básicas da Comissão, e aqui teve um depoimento chocante sobre o adoecimento, inclusive sobre a questão dos suicídios dos profissionais da área de segurança pública. É de doer, é de chorar, e é por isso que eu faço esses três claros, precisos, concisos encaminhamentos. Obrigado.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Ver. Medina, quero aqui pedir licença e registrar a presença no nosso plenário, felizmente, do movimento de mulheres. Nós queremos agradecer à Cláudia Costa, do Coletivo Feminino Plural; aqui na Mesa, o Gelson Guarda – chamei de Guarda, porque é o sobrenome dele –; a Cristina Gross Villanova do Coletivo Feminino; a Elisamar Rodrigues; a Neiva Black Leide – a Neiva podia vir para a Mesa, a Neiva é do Ugeirm – Sindicato dos Escrivães, Inspectores e Investigadores da Polícia do Rio Grande do Sul. Venha para a Mesa conosco. Ela é do sindicato dos policiais. Muito bem, seja muito bem-vinda, Neiva.

Agradecer aqui à Fernanda Campos, que já está na Mesa; à Stèphannie, que é inspetora; à Maria Fernanda, do Coletivo de Mulheres da UFRGS; à Júlia, que está na Mesa conosco; à Graziela Oliveira, MNU, da assessoria do deputado Matheus Gomes; e à Fabiane que já está na Mesa. Muito obrigada.

Eu passo a palavra imediatamente para o Guarda, Gelson Guarda, que é o nosso secretário adjunto do governo do Estado, da Secretaria Municipal de Segurança. O governo do Estado, gente, vocês viram a ausência aqui total né? Com a palavra, então, o adjunto da segurança municipal, Gelson.

SR. GELSON LUIZ GUARDA: Para mim, é um prazer estar aqui e é um prazer ser guarda. Quando eu era subdiretor do Presídio Central, me perguntavam: “O guarda, que era do presídio..”. Aqui agradecendo ao Presidente Alvoní, à Ver.^a Biga, ao Adeli, mas principalmente à delegada Cristina, à delegada Luíza, e um abraço à Fernanda, porque a gente, que é policial, e aqui também fazer uma referência à Ver.^a Fernanda Barth, que está chegando agora, e dizer que o trabalho que tem que ser qualificado, que tem que ser prestado, quem sofre, na realidade, é a mulher. Quem sofre são as mulheres que trabalham lá dentro, são aquelas mulheres que muitas vezes são vitimizadas no atendimento que deveria ser um atendimento de qualidade, um atendimento digno. Enquanto se fala em muitas coisas e o governo do Estado fala em redução de ocorrências, furtos, furtos de veículos, índices de ocorrência, os nossos policiais tem mais problemas. E nisso eu incluo a Polícia Civil, a Brigada Militar, que têm sofrido sim, como foi dito aqui, a questão do suicídio. Não são poucos os policiais que tiram a própria vida, e eu estou incluindo também os profissionais da Susepe. Mas eu volto a dizer que as deficiências do Estado não poderiam afetar o trabalho que deveria ser prestado, porque é a mulher que chega lá com problema. Nós temos agora na Guarda Municipal, nós estamos criando a patrulha Maria da Penha também, que vai ser prestada por guardas municipais. Nós temos atuado em áreas e dando uma parceria em conjunto que nós temos tanto com o Ministério Público, com os órgãos policiais no tocante a proteção à mulher, que é uma prestação, foi na pandemia a ocorrência que mais aumentou, enquanto praticamente todas caíram, a agressão da mulher, dentro de casa, né delegados, ela teve um acréscimo bem superior aos índices de antes, e ela não baixou muito não. O homem ainda se acha no direito de ser dono, muitas vezes, ou querer ser dono da mulher. Isso não cabe mais nos tempos de hoje, a mulher

é a nossa proteção, a mulher é o nosso mastro, a mulher, dentro de casa, faz tudo, enquanto evidentemente muitos homens se acham, como diz a vereadora, se acham donos das pessoas. Isso não cabe mais nos dias de hoje. Por isso, nós, da Secretaria de Segurança Pública Municipal, nos preocupamos também em tentar ajudar, através de da tecnologia que nós temos em Porto Alegre, através do nosso sistema integrado de comando e controle que faz a coordenação de todas as câmaras de Porto Alegre. E por mais que muitos achem que nós não somos competentes legalmente para a atuação nesse sentido, nós estamos aqui para dizer que nós somos parceiros, delegado, nós somos policiais militares, passamos 30 e poucos anos dentro da Brigada Militar, sabendo o que acontece lá dentro das comunidades. E hoje não é só nas comunidades, hoje acontece isso no Centro, no Sarandi, no Lami, em tudo que é lugar, no Moinhos de Vento. As pessoas têm que parar de querer ser donas das outras. Muito obrigado, estamos sempre juntos.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, guarda. Registro aqui a presença da Ver.^a Fernanda Barth, que compõe esta comissão também. Vereadora, as delegadas já deram seu depoimento, fizeram sua manifestação e o secretário adjunto Gelson Guarda também. Eu abro a palavra para as integrantes da mesa do Movimento de Mulheres, quem usar a palavra por cinco minutos, depois nós abriremos ao plenário também.

SRA. FABIANA DUTRA OLIVEIRA: Só vou fazer uma pequena correção, vou me apresentar melhor. Obrigada pela iniciativa, primeiramente, Presidente Abigail, por ter autorizado essa audiência, também Alvoní Medina. É uma pena que o Ver. Cláudio Conceição falou e saiu, porque eu também gostaria de me direcionar a ele, o Ver. Pedro Ruas também que não pôde ficar, Adeli. Que bom que a Secretaria Pública de Segurança de Porto Alegre, ao menos, está aqui, o que não acontece com a chefia de polícia nem com a Secretaria de Segurança Pública do Estado. Quero me solidarizar com as delegadas e com todo o efetivo da DEAM, porque a gente sabe que vocês estão fazendo, sim, o papel de vocês

da melhor forma que vocês podem, assim como todas as funcionárias e os funcionários plantonistas, com as condições que têm. A pauta não é o orçamento da polícia, primeira coisa, não é. Queria que o vereador estivesse aqui para ouvir. Hoje o maior orçamento de política para as mulheres no Estado está na Secretaria de Segurança Pública, porque nós não temos uma secretaria de política para as mulheres no nosso Estado nem muitas outras políticas que também ajudam a enfrentar e a diminuir os índices de violência, como políticas de uma educação para inclusão, para equidade, políticas de geração de trabalho, enfim.

O governador, o secretário e o chefe de polícia, eles devem sim se responsabilizar pelo que está acontecendo, e não jogar a culpa nas policiais, delegadas, inspetoras, plantonistas que trabalham ali, porque quem tem que garantir essa estrutura são essas pessoas, são os chefes, são sempre “os” inclusive. O governador orientou a bancada governista que não votasse nenhuma emenda aumentando os recursos para as políticas para mulheres do Estado. Não foram votadas. O conselho não tem recurso a não ser o disponibilizado pelo Departamento de Política para as Mulheres, que está com uma diretora interina. Dez por cento do fundo da Segurança Pública deve ser para segurança das mulheres. Estão sendo utilizados para esse fim os 10% do fundo da Segurança Pública do Estado? Acho que a comissão, um dos encaminhamentos pode ser averiguar quanto realmente está sendo utilizado do fundo. O espaço da DEAM, gente, está sustentado por vigas. A DEAM já devia ter saído desse local há muito tempo. E tem, já foi cedido, há cinco anos, um prédio pela Prefeitura, senhor secretário, há cinco anos, com essa finalidade, na esquina, ou seja, pertinho. Como o chefe diz que não sabe o que está acontecendo, se fica no mesmo prédio? Então ele não sabe nada que está acontecendo com a Segurança Pública do Estado. Ah, por favor, nós não somos bobas! Nós sabemos que é falta de vontade política, porque o discurso é fácil, dizer que as mulheres são prioridade fica muito fácil, mas a realidade não é essa que a gente está vendo. Tem que sair dali a DEAM, não é justo. É claro que todo mundo vai adoecer. As mulheres sofrem mais violência a cada ida na delegacia,

e todas que estão lá, e todos os que trabalham lá também são vítimas desse sistema, que não olha, que não cuida das nossas vidas, que não valoriza as nossas vidas, que não reconhece o nosso valor, a nossa contribuição para a sociedade, enquanto mães, profissionais. Por favor, que invistam os recursos para que a gente tenha a delegacia da mulher, e não é a segunda. Faz um ano, eu estive lá conversando, a delegada Cristiane Ramos, ainda bem que todo mundo está reconhecendo o comprometimento dela, porque eu imagino a dor que ela sentiu sendo acusada de negligente, coisa que ela não é. Ela tem sido muito parceira do movimento. Agora, não tem acessibilidade, não tem lugar sequer para a gente pedir um espaço *kids*, não tem capacitação de todo o efetivo, de todas as vinculadas hoje como deveria, para tratar da Lei Maria da Penha. Nós precisamos que, de fato, se preocupem com as nossas vidas. A segunda DEAM precisa ser inaugurada, mas ela não pode ser inaugurada e passar a ser só ela.

Para finalizar, vou dar uma notícia boa, pelo menos. A Rede Lilás vai retornar, e aí não é favor que o governo do Estado está nos fazendo. Nós, movimento de mulheres organizadas deste Estado, nós reconquistamos a Rede Lilás. Parabéns para nós! Agora nós queremos a nossa secretaria de política para as mulheres, porque, enquanto nós não tivermos uma secretaria, Renata, presidenta do Comdim, que eu vejo aqui, nós continuaremos tendo que passar por esse tipo de situação, ainda acusadas de mentirosas, de negligentes, de relapsas, e nós somos umas guerreiras, porque atuamos para salvar a vida de muitas que o Estado vira a cara. Muito obrigada.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Fabi. Convido a Renata, nossa Renatinha, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, para ocupar a Mesa. Passo a palavra para a Sra. Elisamar.

SRA. ELISAMAR RODRIGUES: Uma boa tarde a todas, todos e todes aqui presentes. Meu nome é Elisamar Rodrigues, eu estou coordenadora-geral do Fórum de Mulheres de Porto Alegre e também estou assessora da deputada

Sofia Cavedon. Enquanto vereadora nesta Casa, lançou a nossa Procuradoria da Mulher, criou, aqui nesta Casa, a primeira procuradoria especial da mulher em Porto Alegre, por quê? Porque as mulheres, nós, o nosso universo é caro para nós, e nós nos consideramos um ser, um sujeito que compõe esta sociedade, e não um sujeito à parte, que, às vezes, em algumas falas, me soa até que parece que a gente é um elemento em extinção de espécie inclusive, é dolorido. Parabéns, presidente, pelo tema importante, e obrigada, Biga, também, pelo convite. Quero parabenizar aqui e agradecer, mais uma vez, a presença da companheirada, da mulherada de luta, tanto pelas nossas vitórias, quanto pelas nossas dores, que a gente tem que continuar sendo firme e forte, porque são tantas lutas. Não vou me estender na questão orçamentária, que a Fabi acabou de fazer a apresentação aqui, mas queria dizer de que é incrível o negacionismo em relação à questão orçamentária do sistema, porque a deputada Sofia, inclusive, colocou emendas no orçamento do Estado a favor de criação de outras delegacias de mulher, e votaram contra a emenda. Então, eu peço que as pessoas usem a memória e lembrem quem são os partidos políticos, porque daí é fácil dizer que não é uma questão de ideologia, não é? O negacionismo é assim: não é uma questão ideológica, não é uma questão... Mas é sim um patriarcado estrutural que nos mata, um estado que não nos defende, um estado que nos agride e que corrobora para o aumento do feminicídio, infelizmente, até mesmo dos próprios servidores. Eu sou professora também, e colegas da rede vêm se suicidando. E eu, há um ano, fui vítima de violência não doméstica, mas por um policial aposentado, e fui até a Polícia Civil, e tive que vir até, porque lá no bairro onde eu estava as 24 horas não funciona bem, seja por falta de efetivo, seja por... Então realmente está deficitário o sistema.

Mas daí vou falar um pouco do lugar onde eu estou mais assim à flor da pele, que é o Fórum de Mulheres de Porto Alegre. A gente tenta, enquanto rede, somar, Ver.^a Abigail, para a formação de fóruns de segurança em Porto Alegre, porque a gente entende da importância da participação social para esse tema. Mas a gente vem tendo um desmonte e nem existe mais os territórios de paz, isso tudo é uma engrenagem para que o feminicídio aumente, sim, e para que

os *status quo* das coisas estabelecidas permaneçam e piorem, só cego para não ver. Perdoem-me os cegos, porque os cegos, às vezes, enxergam melhor do que pessoas que estão responsáveis nos espaços, tanto do orçamento, quanto pela política pública não querem fazer, ou então vão alimentar essa cadeia, essa cadeia no sentido de prisão mesmo que nos mantém nesse cerceamento, seja da fala, seja das possibilidades.

Enquanto a Guarda Municipal, a Patrulha Maria da Penha que o secretário adjunto estava dizendo, que bom, porque é uma pena que são dois anos, o Fórum de Mulheres vem conversando com o governo do Município, sugerindo que a gente tenha outros centros de referência da mulher, vereadora, descentralizado em Porto Alegre, e não encontra respaldo, não encontra retorno, não ecoa, não tem eco. Então, a gente faz a luta, a gente se expõe, corre risco de vida também, porque tu ficas visada, tu ficas sendo agredida nuns espaços onde tu vais ainda, de alguma participação popular. E até ameaçada, a ponto de um profissional da área dizer: “Eu te coloco no chão e te quebro toda”. Obrigada, desculpe.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada. A Neiva Carla Back Leite, vice-presidente do Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores da Polícia do Rio Grande do Sul – Ugeirm, está com a palavra.

SRA. NEIVA CARLA BACK LEITE: Meu nome é Neiva Carla, eu sou vice-presidente da Ugeirm, que é o Sindicato dos Policiais Civis do Rio Grande do Sul e participo da Confederação Brasileira de Policiais Civis, também faço parte da diretoria. Cheguei atrasada, quero pedir desculpa, quero cumprimentar a todos da Mesa, cumprimentar a nossa Ver.^a Abigail, que eu já conheço de longo tempo; o presidente da Mesa; as minhas colegas delegadas; e especialmente uma pessoa que está na plateia, que eu acho que é quem deveria estar aqui no meu lugar falando, que ela é apaixonada por esse tema de proteção às mulheres, que é a Stèphannie, que trabalha há muitos anos. (Palmas.) Eu acho, inclusive, que ela teria que estar aqui no meu lugar, porque ela é brilhante no trabalho que faz.

Em nome da Stèphannie, eu quero dizer que existem muitos policiais por aí que, como ela, gostam de trabalhar com o tema de proteção às mulheres. Entretanto, porém, a gente tem vivido, nos últimos tempos, um desmonte de políticas públicas para as mulheres em relação à delegacia da rede. A Fabi Dutra falou quase tudo que eu queria falar, Fabi. Falou coisas que, para mim, foram muito importantes. Eu queria agradecer a todas que estão presentes aqui, a todas as falas, porque foram umas falas de acolhimento a nós, policiais civis, eu gostaria de agradecer. Eu acho que eu vim preparada aqui para... Meu Deus, vai sobrar para as policiais, sempre sobra para nós, não é? Então, o problema, na Delegacia da Mulher, não tem a ver com os policiais que lá trabalham; não tem a ver com a delegada Cristiane, que toca e é uma apaixonada pela matéria, que nem a Stèphannie. O problema na DEAM é um problema de política pública, é falta de efetivo, falta de estrutura e que vem se arrastando de muitos anos, falta de vontade política. Inclusive temos que ressaltar que na administração da delegada Cristiane, nós tivemos a grata satisfação de poucas vezes sermos chamados na DEAM. A Stèphannie, que trabalha lá há mais tempo, o sindicato ele é cotidianamente a chamado na DEAM. E é chamado por quê? Porque os policiais adoecem. Há alguns anos, uma administração tentou implantar o plantão de 24h. Plantão de 24h, pessoal, para vocês que trabalham com mulheres, é desumano – desumano! – para quem atende uma mulher vítima de violência. Se tu passas uma noite acordada, tu não consegues fazer o teu trabalho porque tu estás exausto. Exausto e não consegue atender. A gente fez um enfrentamento muito forte na época e conseguimos que não fosse instalado o plantão de 24h. A gente travou uma briga muito feia com a Direção da Chefia de Polícia, com o secretário, e a gente conseguiu. Foi uma satisfação muito grande no começo do ano passado, quando botaram cinco plantonistas. Para nós, sindicalistas, que vamos lá, que visitamos, cinco plantonistas era o ideal. Por quê? Porque as pessoas conseguem dar um bom atendimento para as mulheres e isso é importante para nós, dar um bom atendimento. Por mais que a gente saiba que tem problema, que tem alguns que não têm perfil, de todos os colegas que hoje estão lá, eu conheço colegas que pediram, que saíram da

academia e pediram para ir trabalhar na DEAM e já estão querendo sair da DEAM porque estão adoecendo. Estive lá recentemente, conversei com um colega, um homem inclusive, que gosta da matéria, gosta de trabalhar e é importante, ele disse: “Não aguento mais, quero sair.” Então, essa realidade é muito difícil. Com cinco policiais trabalhando, isso se ameniza e muito. E a justificativa usada pelo secretário de segurança e pelo chefe de polícia, eu não preciso nem dizer para vocês, porque todas falaram o que significa. Existiam vários processos PROA; nós, do sindicato, cobramos, a gente sempre está cobrando, a gente fala muito em nome dos... Mas não nos ouviram. Eu quero falar também que houve cinco exonerações, se não me falha a memória. Por que as pessoas se exoneram? Porque nós estamos sem política salarial há muitos anos, estamos há mais de oito anos sem reposição da inflação. Então os colegas fazem concurso, entram e vão embora, vão para outras... E não tinha como o chefe de polícia não saber disso, não tem como o secretário não saber. Por quê? Porque nós tivemos matéria no nosso *site*, o secretário é quem assina as exonerações, então não tem como não saber. A gente também tem que citar que existem – as delegadas também podem ajudar, ou não – transferências que a gente não sabe por que é que transferem. Transferem porque é amigo do papa, do bispo, aí o bispo liga, e aí a delegada Cristiane está lá, e eu conversei com ela, veio a transferência, não tem o que fazer, tu tens que apresentar o funcionário. Azar se vão ficar três ou quatro, azar se o colega não pode adoecer, porque tu não vais poder adoecer, né?! Porque se tu adoeceres... Gente, isso é... Eu me emociono de falar que as pessoas adoecem, as pessoas se suicidam. Eu ia falar sobre isso, delegado. O que a gente costuma fazer? Eu ia falar... Eu ia dizer isso, o que acontece?

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Elas estão falando fora do microfone, mas é dizer que muitas vezes adoecidas, com atestado médico e mesmo assim vão trabalhar porque o efetivo está pequeno. É dramático, gente.

SRA. NEIVA CARLA BACK LEITE: por que é que a gente trabalha? A gente trabalha – a delegada Fernanda sabe – porque tu olhas o colega do lado e o colega está adoecido, e se tu não fores trabalhar, não vai ter quem botar no lugar. Então, a gente tem uma parceria: “Não, nós vamos trabalhar.” Não são todos, mas uma grande maioria. Só que chega uma época que não tem... Eu posso mostrar aqui no celular a quantidade de gente que pede para sair. E não são pessoas... Há pessoas que não têm perfil, mas tem um monte de colegas, um monte de policiais que têm perfil para trabalhar ali, deveriam ser qualificados; a cada seis meses, a administração deveria chegar lá e dizer: “Olha aqui, vamos fazer uma qualificação, mas vamos te afastar.” Terminaram com a licença-prêmio, e a licença-prêmio era uma salvação para nós, quando tu estavas muito estressado, tu tiravas uma licença-prêmio; não existe mais. Não existe mais. Então, não tem essa política, nunca teve. O que tinha, há algum tempo, era a Rede Lilás. Não existe mais. Agora ela me deu uma notícia de que vai vir. A Rede Lilás, eu nunca trabalhei em delegacia da mulher, eu trabalhei em delegacias da região metropolitana que não têm delegacia da mulher, e que quem atende são as delegacias. É importante o preparo dessas pessoas também. E o que ajudava? A Stèphannie tem um projeto para isso. O que nos protegia, o que que dava alento para nós trabalharmos? É a rede. E aí, eu não quero entrar nessa seara, porque eu acho que tem tanta coisa que eu poderia falar aqui, gostaria que a Stèphannie falasse, estivesse no meu lugar, mas é isso. Fugiu a memória, porque a menopausa está me pegando, e de vez em quando eu perco a linha do raciocínio, mas era mais para falar em função dos nossos colegas. Porque eu tenho que falar em nome dos policiais que não têm voz, e essa voz que ecoou na mídia aí foi a voz dos nossos colegas, que estavam desesperados e não encontraram ninguém que os apoiasse. Desculpa a demora.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada. É que de fato a gente tem o tempo...

SRA. NEIVA CARLA BACK LEITE: Eu sei, eu é que falo demais.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): A Renata, Renatinha, pediu a palavra, só, antes, eu quero registrar e agradecer muito a presença do Marquinho Lang, que é presidente da Faders. Obrigada por estar aqui, juntamente com o Romário, diretor administrativo também. Marquinho que é ex-deputado, né? Obrigada por estar aqui conosco, esse tema precisa de todas nós, mas do apoio também de vocês. Passo a palavra para a Sra. Renatinha, nossa presidente do Comdim.

SRA. RENATA GABERT DE SOUZA: Sou Renata, atual presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Porto Alegre. Muito obrigada pela gentileza. A respeito do assunto delegacia e das políticas públicas para as mulheres, sobre o desmonte já foi falado, todo mundo sabe. Quando saiu a notícia, no dia seguinte, imediatamente... Eu quero dizer a vocês que eu também participo da Comissão de Direitos Humanos da OAB, então, em tese, eu discuto ou eu enfrento essas questões em mais de um foro, não só no Conselho da Mulher de Porto Alegre, como também participo com a Fabi, o que é um orgulho para mim, do Conselho Estadual, dando pitacos de longe. E fica claro, vereadora, quando conversei com a delegada Cristiane, que o grande problema da delegacia é a falta de pessoal, conforme está sendo dito aqui. Na nossa conversa, eu pedi a ela, em tese, algumas informações dentro daquilo que também tem nas páginas do governo do Estado, como o controle, e, na minha conta, meio maluca, fiz o seguinte cálculo: cada equipe atenderia, por dia, cerca de oito ocorrências, porque é plantão. A grosso modo, é um cálculo meio maluco, mas pega o número de ocorrências pelo número de equipes, divido mais ou menos pelo número de dias e dá mais de oito ocorrências por dia. Considerando que cada ocorrência leva de duas a quatro horas para ser atendida, se cada uma delas exigir quatro horas, um dia não será suficiente para atender às oito ocorrências. Então, não tem como uma equipe trabalhar com essa carga de trabalho. Não tem! É desumano para ambos os lados, tanto para a pessoa que está sendo atendida, por não receber o devido atendimento, quanto para o

servidor, que está ali com a melhor das boas vontades, atendendo à sociedade. Ele não consegue, porque chega num nível de estresse tal que não tem como atender.

Então, a única saída, a única solução que existe para isso, talvez – e aí eu não sei como impactaria, por exemplo, aumentar o tamanho da delegacia –, seja o aumento de pessoal. O problema é a falta de material humano. Ainda comentei com a delegada Cristiane: “Mas, de repente, não está com uma turma nova, uma equipe nova? Faltou treinamento?” e ela disse: “Não, Renata, eles são mega bem treinados, não tenho é gente suficiente”. Estou fazendo um cálculo só de ocorrências, dentro daquilo que está nos dados oficiais do Estado. E não está o cumprimento de mandados, não está o acompanhamento outros serviços. Falta pessoal. Bom, tomei conhecimento, ou pelo menos o que é dito é que esse problema não é um privilégio da Delegacia da Mulher; é um problema da Secretaria da Segurança Pública como um todo. O que nós precisamos, então, não é criar antipatia com a Delegacia da Mulher, mas, sim, fazer um grande coro em favor do aumento de equipe. Essa é a pauta principal do meu ponto de vista.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Renatinha. Eu passo imediatamente para a Sra. Júlia, da União Brasileira de Mulheres.

SRA. JÚLIA D’AVILA ROCHA: Boa tarde, sou a Júlia, da União Brasileira de Mulheres. Acho que a síntese do que a gente escuta aqui, vereadora, do clamor do movimento, é que esse não é um privilégio. O nosso problema não é só a DEAM; o nosso problema é o que significa a vida das mulheres para o governo do Estado, porque, se seis de nós, ao que se tem em registro, são estupradas por dia, é porque o governo do Estado é o responsável. Se dessas seis a gente identifica que isso é apenas 10% de quem faz a denúncia, isso é responsabilidade do governo do Estado. Se hoje não temos uma secretaria de políticas públicas para as mulheres no Estado, isso é responsabilidade do governador Eduardo Leite, que opta por nos esquecer. Várias de nós que vejo aqui estivemos em reunião com o governador do Estado assim que ele assumiu

a sua gestão, em 9 de março, porque no dia 8 tomamos um chá de banco de 50 minutos esperando para que ele se reunisse conosco. No dia nove, ele nos prometeu que teríamos uma reunião específica para tratar da secretaria, e nós já estamos há um ano e alguns meses esperando por essa reunião que nunca chegou. Eu gostaria de deixar só essa mensagem de que o problema não é só a DEAM; vocês estão tão abandonadas quanto nós, que chegamos lá na ponta tentando pleitear um atendimento, uma mulher desesperada que vocês sabem como chega, e simplesmente não conseguimos ser atendidas. Então é isso, o governo do Estado do Rio Grande do Sul precisa ser responsabilizado pelo que faz hoje ou pelo que não faz em relação à vida das mulheres.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Júlia. Agradeço a presença da Mariana, que é da assessoria da deputada Daiana Santos. Alguém do plenário gostaria de fazer alguma pergunta ou alguma manifestação?

SRA. GRAZIELA OLIVEIRA: Boa tarde. Quero parabenizar a iniciativa da nossa vereadora. Estou representando o mandato do deputado Matheus Gomes e também sou do Movimento Negro Unificado. É óbvio que eu vou tender aqui a puxar para a reflexão das mulheres, principalmente as mulheres negras, que fazem parte do maior, senão um grande número do contingente de vítimas. Muitas vezes, são as que deixam de ser atendidas pela delegacia. Eu sou extremamente solidária com tudo o que foi dito, principalmente a preocupação com o contingente de servidores, e nós sabemos, eu sou servidora pública, sou professora, e nós sabemos muito bem que existe uma iniciativa ou não iniciativa de desmonte do serviço público. Nós precisamos reconhecer isso. Então, como sindicalista que também sou, eu sempre digo, companheiras, que nós precisamos lembrar aos colegas que nós não estamos em estágio probatório a vida toda. Nós somos servidores públicos e o nosso papel é denunciar, então, eu queria muito abraçar um dia a Cris e dizer para ela que eu fico muito feliz pela luta dela, pela qualidade desse espaço, e de dizer às colegas companheiras que estão aqui, delegadas, que, sim, temos que denunciar. Sim, se o nosso serviço

não está dando conta, se a gente não está conseguindo dar conta do nosso trabalho em função de má estrutura e falta de recursos humanos, é o nosso compromisso denunciar, é a nossa responsabilidade denunciar. Por fim, quero dizer que no meu entendimento todas essas questões que apareceram, e eu gostaria muito que o vereador que falou e saiu estivesse aqui, é para dizer em alto e bom tom: o problema aqui é gestão, não é só financeiro. É gestão, porque lá na escola a gente faz milagre, e eu acredito que em outros serviços também se faz. Então, a gente quer, sim, a gente quer atendimento das nossas mulheres e, de fato, a gente quer uma resposta imediata. Se hoje nós não temos recursos, como fazemos? Continuamos como está? Essa é a pergunta.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Graziela.

SRA. CRISTINA GROSS VILLANOVA: Boa tarde a todas, todos e todes. Eu participo do Coletivo Feminino Plural, assim como a minha colega Cláudia, e participo também do Levante Feminista Contra o Femicídio. Eu queria, em apoio às demais colegas, falar que uma política de enfrentamento à violência contra a mulher não depende apenas da repressão, depende especialmente da prevenção à violência e à criminalidade. Então, uma política pública, a gente não pode centrar especificamente em uma instituição. Isso é desonesto, isso é injusto. Seria muito importante que, por exemplo, como o Ministério das Mulheres faz, é pensar numa transversalidade, porque as mulheres em situação de violência precisam de políticas educacionais, precisam de políticas de habitação, para poderem efetivamente romper, pois não é só pelo trabalho da Polícia Civil, que é muito importante também. Há muito tempo, o Ministério da Justiça apoia projetos na área, ou melhor, estimulando os estados para que implantem serviço de atendimento biopsicossocial em relação aos profissionais de segurança pública. É uma das profissões mais estressantes do mundo, mas de qualquer forma, eu acho que é imprescindível que a gente pense na necessidade de a gente ter uma política interdisciplinar, transdisciplinar, que envolva não só outros órgãos da gestão estadual, mas também municipal, que em termos de

prevenção, pensando a política local, é importante que tenha, mas também as demais instituições de segurança pública. Neste ano, em fevereiro, nós estivemos no Ministério Público com a Dra. Ivana Battaglin apresentando e solicitando que ela abrisse um expediente em relação às políticas de enfrentamento à violência doméstica e de gênero, em especial os feminicídios aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Considerando as reiteradas reuniões que o movimento de mulheres já fez com o governador, entregando uma pauta de solicitações para abrir um diálogo, não é só na cobrança, para abrir um diálogo de como implementar e de como fortalecer uma rede que não existe mais. Acho que foi há um mês que o Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado foi reinaugurado aqui na capital, unicamente um, que não dá conta disso. É importante dizer também, de acordo com a nossa colega aqui, uma terceirização de alguns serviços públicos, em especial das casas-abrigo. É importante também que a gente denuncie e tente barrar essa tentativa de desqualificação das DEAMs para transformá-las em delegacias de vulnerabilidades e de combate ao discurso de ódio. A luta pela implantação de uma delegacia especializada de atendimento às mulheres é uma luta de quase 40 anos, que começou no Estado de São Paulo e a gente vem buscando fortalecer no País inteiro. É importante que a gente não perca isso. Quero informar também que o Estado do Rio Grande do Sul não tem uma casa da mulher brasileira, que é uma política também do governo federal, que busca essa integração entre diferentes serviços públicos que não são só dos órgãos policiais, mas também do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Não tem porque o governo do Estado ainda não destinou um terreno para a construção dessa casa 100% financiada pelo governo federal. Agradeço, acho que a gente continua nessa luta.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada. Gente, aqui nós ouvindo cada uma de vocês, e eu agradeço profundamente que o movimento de mulheres se fez presente, que os nossos fóruns, conselhos, o sindicato dos profissionais da área estiveram aqui, assim como as delegadas. Nós temos tido

uma relação com a delegada Cristina, assim como com a doutora Ivana Battaglin, e nós felizmente falamos a mesma linguagem. A realidade posta aqui por cada uma de vocês já é conhecida por nós, e eu acredito que todas nós nos chocamos ao ouvir o policial, o chefe, quando terceiriza a responsabilidade e que diz que não sabia dessa situação. Isso é inacreditável! Que gestor é esse que não conhece aquilo de que ele está ali pago para fazer essa gestão? Como assim, não conhece e não sabe que foi doado pelo Município um espaço, desde 2019, lá juntando lixo e sendo destruído, e nada fez! É um absurdo ter terceirizado. Por isso aqui eu proponho a ouvir cada uma de vocês, eu proponho que esta comissão, juntamente com a Procuradoria da Mulher, que eu presido, que nós, em primeiro lugar, façamos uma noção de solidariedade à nossa DEAM de Porto Alegre e todo seu efetivo. A delegada Cristina tem sido uma baita parceira, aceita todas as nossas demandas e procura ir atrás. Infelizmente ela está de férias, férias forçadas, gente. A ela foi atribuído tudo isso que está acontecendo. Nós somos solidárias a vocês, a todo esse efetivo.

Então, em primeiro lugar, essa moção de solidariedade. Segundo, é que esta comissão apresentar, Ver.^a Fernanda, esse indicativo da nossa comissão ao conjunto dos nossos colegas, na semana que vem, quando teremos sessão de plenário, encaminhando a necessidade urgente de solução. Porque é urgente a busca de medidas, no que diz respeito ao local, porque nós estamos discutindo aqui a segunda delegacia, não existe segunda sem primeira, gente, e a primeira está nessa situação dramática. Então, nós queremos dar conta do local da primeira e da segunda, assim como a questão dos servíeis, como se diz. Eu fico pensando a tristeza de uma pessoa ter que roubar, vamos lá, papel higiênico. Que tristeza, né? E tem solução também para isso, porque a gente tem aqueles fixos na parede, que tu vais tirando folhinha por folhinha, então não é esse o problema, né? Agora não ter água, que os próprios profissionais têm que comprar a sua água, porque não tem água filtrada minimamente, dentro da DEAM. Então, que o servíeis, a impressora que também sequer tem que funcione, então nós temos ali os servíeis, assim como o aumento do efetivo. Vocês estão adoecendo e nós sabemos disso. Estão adoecendo, não é possível

que, num final de semana, tu tenhas três, dois policiais de plantão tão somente pelo número de atendimento em que vocês estão sendo submetidos. Portanto, imediatamente nós solicitarmos... aqui o Ver. Adeli disse que nós temos que fazer uma audiência com o secretário de segurança e com o governador, gente! E nós certamente convidaremos a todos para estar lá e cobrarmos imediatamente as medidas que o governador precisa tomar. Que essa moção, que a Procuradoria encaminhe junto com a nossa comissão de direitos humanos, encaminhe imediatamente essa agenda com o governador e secretário de segurança.

Eu agradeço a todas vocês de estarem aqui para tratar de um tema tão sofrido por todas nós, e que nós, o movimento de mulheres sempre foi solidário, lutou para ter esses equipamentos, lutou para que ele tivesse a condição de atender as nossas mulheres. Eu e cada uma de nós certamente quando olhamos o resultado que é publicizado da delegacia, de que diminuiu o número de roubos de carros, que diminui o número de assaltos, mas aumentou o número de estupros, de feminicídios. Nós, enquanto sociedade, nós, aqui, como comissão de direitos humanos, precisamos tratar os direitos das mulheres como direitos humanos de verdade. A gente conta com cada uma e com cada um para seguirmos adiante na busca dos nossos direitos pela vida das mulheres. Parem de nos matar. Muito obrigada. Estão encerrados os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 15h31min.)